

STF libera quebra do sigilo bancário de Bolsonaro e Michelle

Bolsonaro e Michelle terão sigilos quebrados

Ministro Alexandre de Moraes, do STF, atende a pedido da Polícia Federal e autoriza devassa em contas do ex-presidente e da ex-primeira-dama

» RENATO SOUZA
» LUANA PATROLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, ontem, que a Polícia Federal quebre os sigilos fiscal e bancário do ex-presidente Jair Bolsonaro e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

A decisão foi tomada no âmbito da investigação que apura o desvio e a venda de joias apresentadas ao governo brasileiro.

Os itens de luxo foram levados para os Estados Unidos e comercializados. As apurações apontam que o casal Bolsonaro seriam beneficiários dos recursos obtidos com as negociações. O material foi devolvido posteriormente, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores, afirma trecho da manifestação da PF encaminhada ao STF.

As diligências investigam lavagem de dinheiro e descaminho, pois os pertences deveriam ser incluídos no acervo da Presidência da República.

Fontes na PF ouvidas pelo Correio acreditam que diligências devem ser autorizadas, nos próximos dias, tendo Bolsonaro como alvo. As possibilidades

Reprodução/Twitter



Bolsonaro e Michelle são investigados pela PF no caso dos desvios de itens de luxo do acervo da União

aumentaram após a informação da defesa do ex-ajudante de ordens Mauro Cid de que o cliente afirmará que vendeu as joias e repassou dinheiro em espécie para o ex-presidente (leia reportagem abaixo).

Horas antes, Moraes autorizou pedido de cooperação internacional, feito pela PF. A corporação vai solicitar aos Estados Unidos a quebra de sigilo bancário das contas de Bolsonaro, de Mauro Cid e do pai dele, general da

reserva Mauro Cesar Lourena Cid. Frederick Wassef, advogado da família Bolsonaro, também poderá ter sigilo quebrado, caso tenha contas nos EUA.

A polícia também busca o rastreamento das joalheiras envolvidas na venda das peças, principalmente do relógio Rolex recomprado por Wassef. O objetivo é identificar pessoas físicas que negociaram ilegalmente esses bens e onde foi parar o dinheiro das vendas.

O Rolex, de platina cravejado de diamantes, foi apresentado por sauditas a Bolsonaro durante uma viagem oficial, em 2019. O relógio foi levado para os EUA, segundo a PF; em junho do ano passado e vendido por mais de US\$ 68 mil (cerca de R\$ 346 mil).

Conforme a apuração, Wassef teria ido aos EUA para recomprar o relógio, que estava exposto em uma joalheria de Miami, para entregar ao TCU. O advogado admitiu ter resgatado o item.

Cid confessará esquema, diz advogado

A defesa do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, afirmou, ontem, que o militar vai confessar à Polícia Federal que o ex-chefe do Executivo foi o mandante do esquema da venda de joias desviadas do acervo da União. A informação foi dada pelo advogado Cezar Bitencourt, em entrevista à revista Veja.

Segundo Bitencourt, Cid decidiu assumir sua participação no crime diante das evidências colhidas pela Polícia Federal. O ex-ajudante de ordens deve dizer que atuou na comercialização dos itens nos Estados Unidos e na transferência do dinheiro arrecadado para o Brasil. Ele também possivelmente confessará que entregou os valores em espécie a Bolsonaro para não deixar rastros bancários.

Cid está preso há três meses no Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília, por conta da suposta falsificação de cartões de vacinação da covid-19. Ele também está envolvido em outros

Ed Alves



Mauro Cid estaria disposto a dizer que participou da venda de joias

casos que implicam Bolsonaro, como o plano golpista com o objetivo de anular o resultado das eleições de 2022.

Bitencourt afirmou que vai se reunir com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar das revelações de Mauro Cid.

Segundo ele, a confissão

servirá de atenuante na hora da definição da pena do militar. No caso, se tratará de uma confissão pontual e não uma delação premiada. Ainda não há data marcada para o encontro.

De acordo com as declarações à Veja, o advogado contará detalhes para tornar evidente que Bolsonaro tinha ciência de

que estava cometendo um crime no esquema de venda dos bens. "Resolve lá", teria dito o ex-chefe do Executivo. "A relação de subordinação na iniciativa privada é uma coisa. O funcionário pode cumprir ou não. No funcionalismo público, é diferente. Em se tratando de um militar, essa subordinação é muito maior", ressaltou. (L.P)

Diminuição de pena

De acordo com o artigo nº 65 do Código Penal Brasileiro, a confissão espontânea a uma autoridade, como a que a defesa de Cid pretende fazer, sempre deve dar ao réu o direito de diminuição da pena.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 4